

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO II PERÍODO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABIRA – PE. Aos quatro (04) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às dezenove horas e trinta minutos, na CASA EDUARDO DOMINGOS DE LIMA, no Plenário Luiz Gonzaga Dantas de Oliveira Campos, na Rua José Justo dos Santos, Nº 36, Tabira – PE, com a presença dos onze (11) Srs. Vereadores que formam a atual Constituição Municipal. A Senhora Presidenta Maria do Socorro Veras dos Santos iniciou os trabalhos saudando a todos com boa noite e declarou aberta a presente sessão, reafirmando o compromisso de que assuntos do interesse do município e da população seja a prioridade nesta Casa Legislativa. Solicitou que constasse em ata da presente sessão todos os acontecimentos e pronunciamentos ocorridos durante sua realização e desejou um bom trabalho a todos. Informou as redes sociais desta Casa Legislativa. Na sequência solicitou à Secretária que colhesse as assinaturas dos pares presentes na folha de frequência e no livro de presença. Submeteu à apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata anterior, sendo a mesma dispensada e aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a secretária Girleide Veras a leitura das correspondências recebidas e matérias apresentadas, constando: convite para a festa em honra à padroeira Nossa Senhora de Fátima, a ser realizada no período de 14 a 17 de maio de 2026, na comunidade de Arara, bem como convite da Universidade de Pernambuco para a solenidade de outorga do título de Notório Saber em Cultura Popular à senhora Maria Dulce Lima Pessoa, a realizar-se no dia 13 de maio de 2026; foram lidos os ofícios encaminhados pelo Poder Executivo contendo as razões dos vetos integrais aos **PL de nº 006/2026**, de autoria da vereadora Dionatan Maciel da Silva, que dispõe sobre a criação da Sala Lilás no Hospital Municipal Dr. Luiz José da Silva Neto, destinada ao atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, e **PL nº 009/2026**, de autoria da vereadora Maria Nelly de Lima Sampaio Brito, que institui o programa de reconstrução odontológica para mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Sistema Único de Saúde, sendo ambos fundamentados na alegação de vício de iniciativa e possível geração de despesas sem previsão orçamentária, conforme dispositivos da Lei Orgânica Municipal e entendimento do Supremo Tribunal Federal; também foram lidos ofícios encaminhando as Leis Municipais nº 1.448, 1.449 e 1.450, devidamente sancionadas pelo Poder Executivo; na sequência, foram apresentados e lidos os Projetos de Lei do Legislativo: Projeto de Lei nº 022/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense à senhora Elisângela Costa Olegário Lira e dá outras providências, vereadora proponente Dionatan Maciel da Silva; Projeto de Lei nº 023/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Alan Jóbson Pires Alves e dá outras providências, vereador proponente Marcos Ferreira da Silva; Projeto de Lei nº 024/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Luciano Vitorino Siqueira e dá outras providências, vereadora proponente Dionatan Maciel da Silva; Projeto de Lei nº 025/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Ednaldo Farias Gomes e dá outras providências, vereadora proponente Maria do Socorro Veras; Projeto de Lei nº 026/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Luan Renato Ferreira Gomes e dá outras providências, vereadora proponente Dionatan Maciel da Silva; Projeto de Lei nº 027/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo e dá



outras providências, vereadora proponente Maria Nelly de Lima Sampaio Brito; Projeto de Lei nº 028/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Doriel Saturnino de Barros e dá outras providências, vereadora proponente Maria do Socorro Veras; Projeto de Lei nº 029/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Humberto Sérgio Costa de Lima e dá outras providências, vereadora proponente Maria do Socorro Veras; Projeto de Lei nº 030/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor Agamenon Magalhães Melo e dá outras providências, vereadora proponente Maria Nelly de Lima Sampaio Brito; Projeto de Lei nº 031/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense ao senhor José Carlos Ireno da Silva e dá outras providências, vereador proponente Marcos Ferreira da Silva; Projeto de Lei nº 032/2026, que dispõe sobre a outorga do título de cidadão Tabirense à senhora Adriana Florêncio da Silva e dá outras providências, vereador proponente Marcos Ferreira da Silva; foram dispensadas as leituras das indicações de nº 204 a 226/2026 as Moção de Aplausos Nº 041 a 046/2026 e Moção De Pesar Nº 057/2026. Encerrado a leitura das correspondências recebidas e das matérias apresentadas a presidenta solicita ao primeiro secretário Jose Adelmo para convidar os oradores inscritos para fazerem uso da palavra, obedecendo à ordem de inscrição. Seguindo a ordem dos inscritos o primeiro secretário convida a fazer uso da tribuna o vereador **Marcos Ferreira da Silva** (Marcos de Judite), iniciou cumprimentando a todos. Informou que seria breve e voltou a tratar sobre um requerimento apresentado de sua autoria acerca da situação da Rua Reginaldo Pereira, assunto que, segundo ele, já foi abordado por três vezes naquela tribuna. Relatou que as ruas vizinhas receberam melhorias, porém a referida rua continua sem solução, encontrando-se em situação de abandono, com esgoto a céu aberto e condições precárias de tráfego. Disse ter apresentado vídeos mostrando o descaso e pediu a compreensão do Secretário de Obras para que visite o local e providencie os reparos necessários, considerando tratar-se de uma demanda simples, que já deveria ter sido solucionada. Solicitou ainda que a Secretária encaminhe ofício à Governadora do Estado, requerendo, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER, a instalação de quebra-molas no Barro Branco, em frente à capelinha da localidade, próxima ao bar de Edvando. Destacou que já fez o pedido diversas vezes e lamentou que Tabira continue sendo esquecida pelo Governo do Estado. Considerou que já passou da hora da Governadora olhar com mais atenção para o município, ressaltando que, durante os dois anos da gestão passada, nada foi feito pelo Município. Na sequência, voltou a cobrar, desta vez por meio de ofício ao Secretário Josimar, providências para que o carro da coleta de lixo passe pela comunidade dos Cancão. Informou que, desde janeiro de 2025, vem solicitando o atendimento daquela população e argumentou que a inclusão da localidade na rota não acarretaria aumento significativo no percurso, já que o veículo, ao recolher o lixo da Baixa da Ovelha, ao retornar para a pista, passa naturalmente pelos Cancão. Avaliou que a ausência da coleta demonstra falta de compromisso e de boa vontade por parte da gestão responsável. Também pediu que fosse encaminhada indicação referente à localidade de Campos Novos, no trecho que liga à Cachoeirinha, especialmente na passagem próxima ao curral de Edmilson. Explicou que, no período chuvoso, o riacho transborda primeiro naquele ponto e solicitou que, caso não seja possível construir imediatamente uma passagem molhada, ao menos sejam instalados tubos para escoamento da água, ressaltando que o fluxo de pessoas na área é intenso. Prosseguindo, solicitou o envio de indicação ao Prefeito para



reativação do Posto de Saúde da Cachoeirinha. Relatou que visitou recentemente a comunidade e recebeu diversas cobranças da população, destacando que os moradores precisam se deslocar para Brejinho em busca de atendimento. Argumentou que, já tendo existido um anexo de saúde na localidade, o pedido é apenas para sua reativação. Acrescentou que, com o alinhamento político entre a Governadora e o Prefeito, seria mais fácil viabilizar melhorias para a comunidade. Citou ainda que, após a conclusão da obra da barragem pelo DNOCS, permaneceu no local um galpão com várias salas desativadas, espaço que poderia ser aproveitado para funcionamento da unidade de saúde, entendendo que o problema não é falta de estrutura, mas de iniciativa e boa vontade. O Vereador concedeu aparte ao Vereador Gabriel Kleber, que afirmou considerar importantes as reivindicações apresentadas, especialmente as relacionadas à feira do gado, local que frequenta constantemente. Relatou que conversou com o Secretário de Agricultura, Marcos Antônio, sobre a balança digital e foi informado que, quando o equipamento foi adquirido, não houve informação de que não existia suporte técnico em Afogados da Ingazeira. Assim, quando apresentou defeito, a assistência técnica orientou apenas o envio para manutenção em São Paulo. Contudo, destacou que o problema já está sendo resolvido e que a previsão é de que a balança esteja funcionando até o dia 08. Disse acreditar que, com a chegada do equipamento pela transportadora, provavelmente na próxima quarta-feira, dia 13, já estará novamente em funcionamento. Acrescentou ainda que o Secretário buscará recursos para aquisição de mais duas balanças, a fim de manter equipamentos de reserva e evitar transtornos futuros. Retomando a fala, o Vereador Marcos Ferreira agradeceu ao Vereador Gabriel Kleber pelos esclarecimentos e afirmou que costuma cobrar melhorias relacionadas ao curral, mas que, nesse caso específico da balança, compreende que se tratou de uma situação inesperada. Comparou o problema a um veículo que pode apresentar defeitos mecânicos e permanecer alguns dias na oficina. Ressaltou que houve, inclusive, apresentação de nota de serviço comprovando a manutenção do equipamento. Defendeu, porém, que sejam adquiridas novas balanças para dar suporte à feira, destacando que “quem tem dois, tem um; quem tem um, fica sem nenhum”. Avaliou que o ideal teria sido manter a balança manual funcionando juntamente com a digital, evitando maiores problemas durante o período de manutenção. Finalizou expressando o desejo de que o Secretário providencie novos equipamentos para oferecer melhores condições à feira do gado. Agradeceu e desejou boa noite a todos. Convidado a fazer o uso da tribuna o Vereador **Edilson de Oliveira Silva** (Dicinha do Calçamento), que cumprimentou a Senhora Presidenta e os colegas vereadores. Declarou que seria breve, considerando que todos os vereadores desejavam fazer uso da palavra. Solicitou que a Secretaria encaminhasse ofício à Secretaria de Obras e ao Prefeito, informando sobre a possibilidade de a Prefeitura aproveitar as novas encanações que estão sendo instaladas para trazer água da Adutora para Tabira, atendendo a uma solicitação dos moradores dos Sítios Cachoeira e Borborema, no sentido de viabilizar uma ligação de água da COMPESA para a comunidade da Borborema. Justificou que seria uma ótima iniciativa, pois a população local cresceu e a água da barragem do travessão já não está sendo suficiente. Solicitou também que a Secretaria encaminhasse ofício para verificar se a Prefeitura poderia tomar providências quanto ao reparo da cratera existente na referida barragem, ressaltando que isso ajudaria a segurar a água por mais tempo. Avaliou que, com a cratera, em no máximo dois ou três meses a barragem ficará seca, enfatizando, porém, que o ideal seria levar água doce da transposição diretamente para a Borborema.



Relatou ainda que recebeu pedido da população de Campos Novos para levar da transposição, destacando que já existe água da transposição na Arara, embora ainda não tratada. Considerou que, aproveitando a proximidade entre Arara e Brejinho, seria possível puxar um ramal de água para Campos Novos, comunidade que também cresceu bastante e cuja população tem feito essa reivindicação. Destacou que seria uma importante ação, considerando o crescimento da cidade e das comunidades rurais, bem como o retorno de muitas pessoas ao campo para plantar e produzir, especialmente em razão do período chuvoso. Desejou um abraço no coração de todos os tabirenses e encerrou sua fala. Na sequência foi convidada a fazer o uso da tribuna a Vereadora **Maria Helena Nogueira de Brito**, cumprimentou a todos. Iniciando sua fala comentando sobre a visita realizada à UBS do Bairro de Fátima I. Agradeceu especialmente a Roberta e Carol pelo atendimento recebido, destacando que esteve acompanhado da Doutora Nelly e que a visita foi bastante construtiva, considerando que várias demandas das quais elas foram a procura já haviam sido encaminhadas. Na sequência, falou sobre as cobranças das mães em relação aos tênis das crianças prometidos pelo Prefeito. Relatou que esteve reunida com a secretária Aracelis, juntamente com a Doutora Nelly, o Vereador Kleber e Adelmo, e informou às mães que ainda não existe uma data definitiva para a entrega dos tênis. Pediu, ao Prefeito Flávio que não faça promessas antes de ter condições de cumpri-las, ressaltando que, se não fosse possível entregar os tênis, não deveria ter prometido. Afirmou que a população cobra explicações dos vereadores, tanto da oposição quanto da situação, e disse acreditar que todos recebem essas cobranças. Acrescentou que, quando a entrega estiver realmente pronta para acontecer, o Prefeito deveria reunir vereadores da oposição e da situação para participar do momento. Ressaltou ainda que, enquanto isso não acontecer, continuará cobrando o assunto na tribuna. Prosseguindo, voltou a falar sobre a situação das fraldas distribuídas às crianças, afirmando que continuará tratando do tema todas as segundas-feiras. Relatou que recebeu de uma mãe uma fralda que, segundo ela, continha praticamente apenas o plástico. Destacou que somente quem convive com uma criança que necessita desse material entende a gravidade da situação, afirmando que as fraldas provocam feridas e deixam a pele das crianças em carne viva. Disse ainda que, caso alguém duvide, possui fotografias que comprovam a situação denunciada. Em seguida, questionou ao Secretário de Obras ou a Secretária de Saúde quando será entregue a nova Secretaria de Saúde, afirmando que a obra já está “fazendo aniversário novamente”. Relatou que a entrega havia sido prometida para o dia 16 de dezembro, porém, até o momento, o local permanece da mesma forma, com barro, terra e constantes intervenções sem conclusão definitiva. Disse que seria importante que alguém definisse uma data concreta para a entrega da obra. Comentou ainda que, quando não reconhece determinadas ações da gestão, acaba sendo criticada por radialistas, adversários políticos e integrantes da situação, ressaltando que aplaude apenas aquilo que realmente é feito. Acrescentou que não considera correto que pessoas tentem assumir mérito por obras iniciadas por outros, sem terem contribuído efetivamente para sua realização. Ao final, desejou boa noite a todos e informou à Presidenta que concederia o restante do seu tempo às Vereadoras Nelly e Dionatan. Foi concedido o tempo de cinco minutos da Vereadora Maria Helena para a fala da Vereadora Dionatan. Na sequência foi convidado a fazer o uso da tribuna o Vereador **Antônio Eraldo Costa Moura**, cumprimentando a todos. Iniciou sua fala destacando a tristeza diante das enchentes ocorridas no Recife, Zona da Mata e cidades atingidas. Declarou solidariedade às



vítimas, afirmando acreditar que toda a Câmara de Tabira, a população e a gestão municipal também se solidarizam com as famílias afetadas, ressaltando a tristeza de ver pessoas perderem tudo com a água invadindo as casas e as barreiras desabando. Comentou que o governo municipal deveria agir antes para evitar tragédias, considerando os constantes avisos e o fato de serem áreas de morro. Relatou que já trabalhou porta a porta naquelas regiões, assim como o Vereador Kleber Paulino, passando por Casa Amarela, Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho, conhecendo de perto a realidade das famílias que vivem nos morros e próximos aos córregos, locais muito afetados no período chuvoso. Criticou o superfaturamento de obras e a falta de investimentos corretos em contenções de barreiras e infraestrutura afirmando que muitas famílias continuam sofrendo por causa disso. Em seguida, elogiou a atuação da Governadora Raquel Lyra, afirmando que ela vem fazendo o possível para atender as famílias pernambucanas atingidas, levando máquinas, mantimentos e colchões às regiões afetadas. Declarou que o Governo do Estado está em boas mãos e parabenizou a governadora pelo trabalho realizado. Destacou ainda que foi licitado o anel viário, já havendo empresa vencedora da obra, que, segundo ele, ultrapassa os quatro bilhões de reais em investimentos. Afirmou que isso demonstra o alinhamento de Tabira com o Governo do Estado e com o Deputado Federal Carlos Veras, ressaltando que em breve as máquinas estarão trabalhando e quem ganhará será a população tabirense. Acrescentou que a Governadora vem realizando obras do Sertão à Capital, incluindo reformas em grandes hospitais do Recife, e afirmou acreditar que esse trabalho justifica sua aprovação popular em 62%. Disse ainda que Tabira sonhava há mais de trinta anos com a presença de um governador no município e que agora a governadora deverá retornar para anunciar novas ordens de serviço, incluindo pavimentações e outras obras importantes. Comentou também sobre a Moção de Aplausos nº 046/2026, agradecendo à Doutora Nelly e afirmando que a homenagem poderia partir de qualquer vereador, inclusive do Vereador Kleber Paulino, pois o importante era reconhecer o trabalho de Davilson, que, segundo ele, realiza um trabalho brilhante cuidando de animais de rua, inclusive utilizando recursos próprios, disse que a moção é enviada em nome da Câmara de Tabira e desejou que Deus continuasse iluminando ele. Aproveitou para parabenizar o Prefeito Flávio pela iniciativa de implantar a clínica dos animais, destacando a importância da ação. Sugeriu ainda a criação de uma clínica voltada exclusivamente para crianças, afirmando que o município poderia adquirir o terreno do Doutor Robério para instalação de uma pediatria, beneficiando as famílias tabirenses. Voltando ao tema da clínica dos animais, defendeu que a obra seja realizada o mais rápido possível e pediu que fosse organizada uma visita dos vereadores e do Prefeito à clínica de animais de Salgueiro, para conhecerem a estrutura e utilizarem como exemplo para Tabira. Em seguida, solicitou um requerimento novamente para a construção da ponte dos Pocinhos, requerimento já apresentado diversas vezes por ele e por outros vereadores, ressaltando que a população da localidade sofre no período das chuvas e fica isolada. Defendeu que a ponte ligando os Pocinhos ao Bairro de Fátima I representará um grande benefício para a população e torceu para que o Prefeito consiga recursos junto a deputados para realização da obra. Na sequência, concedeu aparte à Vereadora Maria Nelly, que destacou que a ponte existente no local é da década de 1990, construída na gestão de seu pai, conforme já lembrado pelo próprio vereador em outro momento. Aproveitou ainda para reforçar o requerimento feito pelo vereador Eraldo referente à Rua Miguel Lopes dos Santos, lembrando que ele esteve no local com técnicos da



Prefeitura e que a comunidade continua cobrando providências. Afirmou que, caso não haja solução, poderá solicitar intervenção do Ministério Público. Retomando a fala, o Vereador Eraldo esclareceu que, antes das eleições, esteve na Rua Miguel Lopes dos Santos e lembrou que o ex Presidente da Casa, Valdemir, realizou devolução de dez mil reais à Prefeitura para aquisição dos tubos destinados às duas ruas. Disse não compreender o motivo pelo qual a prefeita não fez a obra da Rua Miguel Lopes dos Santos já que o recurso foi encaminhado pela Câmara. Explicou que a outra rua foi concluída, restando apenas a Miguel Lopes, que é pequena e teria solução mais simples. Relatou ainda que esteve no local com o Secretário Edmundo Barros e com José Robério, que ficaram de providenciar o projeto da obra. Pediu agilidade ao Governo Flávio Marques para beneficiar os moradores da referida rua. Em seguida, comentou a Indicação nº 225/2026, solicitando saneamento das ruas Francisco Firmino de Sobrinho no bairro Ana Maria da Conceição, bairro conhecido como Bairro de André Marçal. Afirmou que se trata de uma localidade esquecida e lembrou que a Vereadora Maria de Fatima já havia apresentado solicitação semelhante anteriormente. Reconheceu que a demanda do município é grande e que não é possível resolver tudo de imediato, mas pediu maior atenção para a comunidade. Finalizando, comentou sobre os vetos aos projetos que estão chegando à Casa Legislativa, declarando antecipadamente seu posicionamento. Explicou que os projetos passaram pelas comissões, na qual atua como relator, tendo o Vereador Kleber como presidente, e que foram aprovados por unanimidade em primeiro e segundo turnos, sem qualquer manifestação jurídica apontando irregularidades ou inconstitucionalidade. Disse que manterá seu voto, pois já votou favoravelmente duas vezes e, se houvesse um terceiro turno, votaria novamente da mesma forma. Ressaltou que, caso existisse alguma irregularidade, os vereadores teriam sido alertados previamente conforme já foi alertado em outra ocasião quando apresentou projeto com inconstitucionalidade. Por esse motivo, afirmou que votará pela derrubada do veto, mantendo os projetos 006 e 009/2026 aprovados pela Câmara. Ao final, desejou boa noite e agradeceu a todos. Na sequência foi convidada a fazer o uso da tribuna a Vereadora **Dionatan Maciel da Silva** (Estefany de Júnior). Iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes e aqueles que acompanhavam a sessão pelas plataformas digitais. Em seguida, solicitou à Senhora Secretária que encaminhasse requerimento ao Secretário Marcos Antônio, solicitando a conclusão dos roços das estradas da comunidade da Ilha do Rato. Aproveitando o tema, informou que no dia quinze do corrente mês será realizada a entrega de um trator destinado àquela comunidade, equipamento enviado pelo Deputado Federal Mendonça Filho, que estará presente em Tabira para participar da entrega. Dando continuidade, solicitou ao Secretário José Robério que realizasse visita à comunidade Lagoa da Boa Vista para verificar a situação dos esgotos estourados, relatando que vários pontos estão com esgoto a céu aberto, escorrendo pelo meio das ruas, causando transtornos à população. Na sequência, passou a tratar sobre o veto ao Projeto 006/2026 da Sala Lilás, afirmando que considerava o assunto muito sério e destacando que o veto não atingia apenas uma vereadora, mas todas as mulheres do município de Tabira, especialmente aquelas vítimas de violência. Declarou que o Prefeito, ao vetar o projeto, demonstrava posicionamento contrário às mulheres tabirenses, sobretudo às que sofrem agressões, estupro e violência doméstica, retirando delas o direito a um atendimento digno e acolhedor no ambiente hospitalar. Ressaltou que uma das justificativas apresentadas pelo Executivo foi a existência da Casa da Mulher, porém afirmou que não se tratava da



mesma situação, pois a Sala Lilás proporcionaria acolhimento adequado dentro do hospital municipal para mulheres em situação de vulnerabilidade. A Vereadora enfatizou que o projeto não tinha caráter de vaidade política, mas visava melhorias reais para as mulheres do município. Declarou ainda que considerava contraditória a justificativa do Prefeito, uma vez que ele reconhecia a importância do projeto, mas alegava que a iniciativa deveria partir do Poder Executivo. Diante disso, afirmou que, se o problema fosse a autoria, que o Executivo assumisse a proposta, mas que não deixasse de implantar um projeto daquela magnitude. Relatou que o Projeto Sala Lilás já existe em outros municípios e que os vereadores de Tabira tomaram conhecimento da iniciativa durante congresso realizado em Recife, ocasião em que o projeto foi apresentado como exemplo positivo, citando o município de Solidão como uma das cidades que implantaram a iniciativa sem dificuldades. Prosseguindo, declarou que a discussão não se tratava de vaidade, mas de proteção, dignidade e respeito às mulheres tabirenses. Recordou que o projeto tramitou regularmente na Câmara, passando pelas comissões e sendo aprovado em dois turnos pelos vereadores presentes. Disse ainda que ficaria admirada caso os parlamentares votassem favoráveis ao veto do Prefeito, afirmando que isso representaria desrespeito ao Poder Legislativo e demonstraria tentativa do Executivo de interferir na independência da Câmara Municipal. Agradeceu o posicionamento do Vereador Eraldo Moura, relator do projeto, destacando que ele se colocou verdadeiramente ao lado das mulheres de Tabira. A Vereadora também criticou o fato de projetos apresentados pelos parlamentares serem vetados pelo Executivo mesmo quando têm finalidade social importante, citando o projeto de sua autoria e da vereadora Maria Nelly, voltado ao combate à violência contra as mulheres. Destacou que frequentemente são noticiados casos de feminicídio, estupros e agressões, reforçando que a Sala Lilás seria apenas um espaço de acolhimento digno para essas vítimas. Contestou ainda a justificativa do Executivo de que seria necessária a contratação de novos profissionais, afirmando que a própria equipe do hospital poderia realizar o atendimento reservado às vítimas em ambiente separado e adequado. Reiterou que, em sua visão, o veto ao projeto representava apenas motivação política e vaidade administrativa. Em seguida, voltou a defender a importância da Sala Lilás, afirmando que o espaço não representava luxo, mas sim necessidade para as mulheres tabirenses, oferecendo acolhimento, escuta, proteção e dignidade às vítimas de violência. Questionou qual seria a justificativa plausível para negar proteção às mulheres e afirmou que o projeto foi analisado apenas sob aspecto técnico, sem considerar sua relevância social. Pediu aos vereadores que derrubassem o veto e demonstrassem à população que estavam ao lado das mulheres tabirenses e da defesa de seus direitos e não do lado do prefeito. Declarou sair da sessão com a consciência tranquila por ter cumprido seu papel e afirmou esperar que o veto fosse derrubado para que o projeto pudesse efetivamente beneficiar as mulheres do município. Finalizando, ressaltou que mulheres que não vivem situações de violência talvez não compreendam a importância do projeto, mas aquelas que sofrem agressões constantes necessitam de acolhimento humanizado. Reafirmou que a Sala Lilás representa dignidade e compromisso com as mulheres e criticou novamente o posicionamento do Executivo Municipal, declarando encerrar sua fala indignada e pedindo aos colegas vereadores que refletissem antes da votação do veto não deixando o prefeito fazer o que quer, porque a câmara não é uma extensão da casa dele. Ao final, desejou que Deus abençoasse a todos e desejou boa noite. Na sequência foi convidado a fazer o uso da tribuna o Vereador **José Carlos**



Meneses (Didi de Heleno) que iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes. Em seguida, solicitou ao Secretário Marcos Antônio da Silva providências em relação às estradas do município, especialmente quanto à realização dos roços, afirmando acreditar que o inverno estaria diminuindo, o que possibilitaria o início dos trabalhos de recuperação das estradas vicinais. Destacou que existem trechos em situação bastante precária, dificultando o tráfego de veículos, e pediu que a Secretaria começasse a organizar os serviços para melhorar as condições das vias. Prosseguindo, voltou a cobrar do Secretário José Robério a colocação de material em um trecho localizado no Barro Vermelho, mais precisamente na travessa que desce até o final do calçamento, relatando que existe uma subida dificultando a passagem de carros e motocicletas, afirmando que meia caçamba de material seria suficiente para resolver o problema. Também solicitou providências quanto à limpeza de ruas no mesmo setor, relatando a existência de muito mato no local e pedindo que a equipe responsável realizasse os serviços necessários. Na sequência, comentou sobre a cobrança feita pelo Vereador Marcos Ferreira à Governadora do Estado acerca da instalação de quebra-molas em Tabira, reconhecendo a importância das lombadas para evitar acidentes, porém avaliando que o parlamentar teria sido infeliz ao afirmar que a governadora nada teria feito pelo município. Disse acreditar que a intenção do vereador teria sido mencionar apenas a ausência de quebra-molas realizados pelo Governo do Estado na cidade. Em seguida, passou a tratar dos projetos encaminhados pelas Vereadoras Maria Nelly e Dionatan ao Poder Executivo, relatando que os projetos foram vetados pelo Prefeito Municipal. Informou que havia votado favoravelmente às matérias nos dois turnos de votação, porém, após analisar a situação, entendeu que o veto não representava discriminação ou abandono das mulheres, conforme havia sido colocado anteriormente pela Vereadora Dionatan. Declarou que, em sua visão, se o gestor municipal tiver interesse em cuidar das mulheres do município, isso poderá ocorrer independentemente do nome ou formato do espaço de atendimento, mencionando a existência da Casa da Mulher como equipamento já destinado a esse tipo de acolhimento. Afirmou acreditar que qualquer mulher vítima de violência receberia atendimento especial em qualquer unidade ou local necessário, e não apenas em um espaço específico denominado Sala Lilás. O vereador também argumentou que os projetos gerariam despesas para o município e que o Prefeito entendeu pela necessidade do veto. Ressaltou que acompanha o veto do gestor municipal, entendendo que a decisão não impede a continuidade do trabalho da equipe responsável pelo atendimento às mulheres em Tabira. Ao final, agradeceu a todos. Em seguida, em questão de ordem, fez uso da palavra o Vereador Marcos Ferreira, que afirmou ter sido citado durante a fala anterior e declarou que mantinha integralmente o que havia dito sobre a Governadora do Estado, afirmando que não voltava atrás em suas palavras. Questionou quais obras teriam sido realizadas pelo Governo Estadual em Tabira nos anos de 2023 e 2024, pedindo que lhe mostrassem “uma pedra de calçamento” colocada pela governadora no município nesse período. Finalizou afirmando que obras realizadas em período eleitoral seriam fáceis de executar e agradeceu a Presidenta pela palavra concedida. Na sequência foi convidada a fazer o uso da tribuna a Vereadora e Líder da oposição **Maria Nelly de Lima Sampaio Brito**. Antes do início de sua fala, em questão de ordem, a Vereadora Dionatan Maciel solicitou a palavra e pediu que fosse encaminhado requerimento solicitando a disponibilização de um veículo para transportar pacientes até a UPA, relatando que a demanda lhe havia sido apresentada pela população e que existia uma promessa anterior



de implantação do serviço, a qual ainda não teria sido colocada em prática. Em seguida, a Vereadora Maria Nelly iniciou cumprimentando a todos. Fez saudação especial à Senhora Ilma, ex Vereadora e atual Secretária Executiva da Mulher, e deu início ao seu pronunciamento destacando moção de aplausos de sua autoria destinada à Lívia Januário, pela conquista de se tornar a primeira mulher a assumir a presidência da União de Vereadores de Pernambuco. Afirmou que o fato representa um sentimento de pertencimento para todas as mulheres que ocupam cargos eletivos e que enfrentam preconceitos e dificuldades na política, enviando abraço cordial e afetuoso à homenageada. Na sequência, solicitou também a apresentação de moção de aplausos à Senhora Dulce Lima, em razão de premiação que receberá na cidade de Arcoverde, classificando a homenagem como extremamente merecida. Dando continuidade, informou que apresentou os Projetos de Lei nº 27 e nº 30, ambos concedendo título de cidadão tabirense, sendo um destinado a Agamenon Magalhães, esposo de Maria Helena, e o outro ao Doutor Bandeira, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que estará presente nas comemorações da emancipação política do município. Prosseguindo, destacou as indicações nº 213 e nº 226, afirmando que a primeira trata da necessidade de sinalização vertical e horizontal dos quebra-molas localizados na Rua Rosa Xavier, na Granja, relatando que sua madrinha, conhecida como Nega, sofreu queda no local, fraturando a costela em razão da falta de sinalização adequada. Em relação à indicação nº 226, voltou a cobrar providências quanto à Rua Patrício Alves Pequeno, popularmente conhecida como Rua do Sebo, localizada nas proximidades da Capela da Jureminha, relatando grande acúmulo de lixo no local e afirmando ter recebido fotografias da situação. A Vereadora também relembrou solicitação anterior referente a um grande buraco existente na Rua Valdemir Leite Soares, em frente ao Mercado de Lula de Bela, destacando que o asfalto daquela via é recente e que o município precisa preservar as obras já executadas. Informou que o local recebeu reparo provisório, mas voltou a afundar após a passagem de caminhões. Relatou ainda que, ao questionar um funcionário sobre a conclusão do serviço, foi informada de que não havia asfalto disponível para finalizar o reparo. Diante disso, pediu à Secretaria de Obras, na pessoa do Secretário José Robério, que realizasse os reparos necessários, especialmente considerando que nas quartas-feiras a via fica praticamente intransitável devido às bancas da feira livre. Em seguida, solicitou também indicação para limpeza da Rua Senador Nilo Coelho, localizada na Caixa D'Água, por trás do Mercado de Alex, afirmando que a rua se encontra praticamente intransitável. Na sequência, solicitou que fosse novamente oficiada a Secretária Giseli Louredo acerca da necessidade de reformas e manutenção das UBSs do município. Relatou visitas realizadas às unidades de Missões, Fatima II e Fatima I, esta última visitada juntamente com Maria Helena, ocasião em que foram recebidas pela enfermeira Roberta e demais profissionais da unidade. Destacou a necessidade de reparos estruturais e aquisição de equipamentos para o pleno funcionamento da UBS, lembrando que existem recursos específicos oriundos do Ministério da Saúde destinados às Unidades Básicas de Saúde e que devem ser aplicados adequadamente. Em seguida, a Vereadora declarou estar constrangida por, em seu terceiro mandato, precisar debater o veto a projetos de lei voltados à proteção das mulheres, especialmente em uma Câmara composta em grande parte por mulheres. Citou o veto ao Projeto Sala Lilás, de autoria da Vereadora Dionatan Maciel, explicando que a proposta previa espaços de acolhimento em hospitais, delegacias e centros de referência para mulheres vítimas de violência. Ressaltou que, durante congresso da



UVP Mulher, tomou conhecimento de que diversos municípios já aderiram ao projeto, lamentando que Tabira estivesse apreciando um veto a uma iniciativa dessa relevância. Também abordou o veto integral ao projeto de sua autoria, que instituiu política pública de recuperação odontológica para mulheres vítimas de violência. Explicou que a proposta buscava oferecer recuperação facial e odontológica para mulheres agredidas, considerando que, frequentemente, as agressões atingem diretamente a região da face e da boca das vítimas. Afirmou não compreender os motivos para a inviabilidade do projeto, tendo em vista que o município possui quatorze UBSs em funcionamento, um Centro de Especialidades Odontológicas e ainda recebe recursos federais específicos para próteses dentárias, sem necessidade de complementação financeira por parte do município. A Vereadora declarou entender que o veto ocorreu apenas por questão de ego político e questionou se a situação seria diferente caso o projeto tivesse autoria de outro parlamentar. Agradeceu aos vereadores que aprovaram a matéria anteriormente, aos membros das comissões e à Presidência da Casa pela tramitação regular do projeto, ressaltando que o Poder Legislativo vem cumprindo seu papel de forma independente. Afirmou ainda que continuará dando voz às mulheres vítimas de violência e defendendo políticas públicas voltadas para elas. Declarou sentir-se vitoriosa pelo simples fato de representar e defender as mulheres violentadas do município e agradeceu aos colegas que já haviam se posicionado favoráveis à derrubada do veto. Destacou que o município possui estrutura suficiente para implantação do programa, inclusive com uma Secretária Executiva da Mulher competente, Tabira possui o programa de estágio em odontologia com estudantes de toda a região, reiterando que faltaria apenas vontade política para execução da proposta. Ressaltou que a Comissão de Justiça e Redação considerou o projeto constitucional de forma unânime e voltou a pedir aos colegas vereadores que valorizassem a pauta e derrubassem o veto do Executivo. Encaminhando-se para a conclusão, afirmou que jamais se furtará de utilizar a tribuna em defesa do povo de Tabira, especialmente das mulheres do município, e declarou que continuará apresentando projetos enquanto exercer seu mandato. Finalizou afirmando que, caso o Prefeito não sancione projetos por questões de ego político, caberá ao Poder Legislativo, com independência e responsabilidade, derrubar os vetos apresentados. Ao final, agradeceu a todos e desejou boa noite. Convidado a fazer o uso da tribuna o vereador e líder da situação **Gabriel Kleber Pereira de Melo**, cumprimentando todos os presentes. Inicialmente parabenizou a realização do 9º Congresso da AMUPE, realizado em Recife, destacando a participação da Presidente da Câmara, do Prefeito Municipal e de diversas lideranças de todo o Estado de Pernambuco. Afirmou que o evento foi muito produtivo, proporcionando aprendizado, troca de experiências e novas amizades. Ressaltou ainda a presença da Governadora Raquel Lyra, informando que, durante o congresso, Tabira foi contemplada com recursos superior a seis milhões de reais destinados à construção de um novo hospital para o município. Destacou o empenho do Prefeito Flávio Marques na busca por recursos junto ao Governo do Estado, senadores e demais lideranças políticas, afirmando que a construção de um novo hospital totalmente equipado representará um marco histórico para o município. Na sequência, relatou visita realizada ao abatedouro de Afogados da Ingazeira, afirmando considerar uma indignação o fato de Tabira possuir a maior feira de gado de Pernambuco e, mesmo assim, os marchantes precisarem transportar animais para abate em Afogados da Ingazeira. Disse que, desde o início de seus mandatos, vem cobrando a instalação de um matadouro em Tabira e solicitou às autoridades competentes que busquem alternativas



para trazer o equipamento para o município. Em seguida, solicitou que fosse encaminhado ofício à Casa Civil do Governo do Estado pedindo a construção de uma nova rodoviária para Tabira, argumentando que o atual terminal, construído ainda na gestão do ex-prefeito Edson Moura, encontra-se ultrapassado e localizado em área inadequada, devido ao intenso fluxo de ônibus, lotações, mototáxis, laboratórios e estabelecimentos comerciais, aumentando os riscos de acidentes. Destacou ainda que a Prefeitura possui terrenos às margens da rodovia que poderiam ser utilizados para a construção de um novo terminal rodoviário. O Vereador também parabenizou o Secretário Marcos Crente pelos serviços de roço realizados nas estradas que ligam as comunidades do Retiro, Pajeú Mirim e Jurema, destacando a importância da manutenção das vias rurais. Prosseguindo, reforçou as palavras da Vereadora Maria Helena sobre reunião realizada com a Secretária de Educação Aracelis, parabenizando-a pelo atendimento prestado e pela postura adotada em relação à aquisição dos tênis escolares. Segundo relatou, a Secretária Aracelis não aceitou receber produtos de baixa qualidade, demonstrando preocupação em oferecer materiais adequados aos estudantes da rede municipal. Na parte final de seu pronunciamento, passou a tratar sobre o veto aos projetos relacionados à proteção das mulheres. Informou que os projetos tramitaram normalmente na Câmara, tendo sido apresentados e aprovados em primeiro e segundo turnos, porém afirmou que o Prefeito e sua equipe técnica, após análise mais detalhada, identificaram que as propostas gerariam despesas para o Executivo Municipal. Declarou que o gestor reuniu os vereadores para explicar a situação e destacou que, segundo seu entendimento, já existe legislação federal garantindo atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência em qualquer hospital do país, por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Citou ainda a existência da Casa da Mulher no município, afirmando que Tabira é uma das poucas cidades da região a contar com essa Casa de apoio às mulheres. Ressaltou que jamais seria favorável à violência contra a mulher e chegou a afirmar que considera a Lei Maria da Penha branda, defendendo punições mais severas para agressores. O Vereador afirmou que nenhum parlamentar da Casa apoia qualquer tipo de violência doméstica e que a divergência existente se refere apenas ao entendimento sobre a legalidade e os impactos financeiros do projeto. Declarou que acompanha o veto do Governo Municipal por entender que projetos que gerem despesas ao Executivo devem partir da própria gestão municipal. Ressaltou que respeita o posicionamento de todos os colegas vereadores, tanto da situação quanto da oposição, mas criticou tentativas de colocar os parlamentares “contra a população” em razão da votação do veto. Finalizando, afirmou que sempre esteve aberto ao diálogo, que jamais agiu às escondidas e reiterou que nenhum vereador da Câmara é favorável à violência contra as mulheres. Ao final, agradeceu a todos e encerrou sua fala. Em seguida, convidada a fazer o uso da tribuna segunda Secretária **Maria de Fátima Fernandes Martins Santana** (Bebé de Aldo) cumprimentando a senhora Presidente, os colegas vereadores e vereadoras. Iniciou sua fala, solicitando requerimento em favor da Rua Teresinha Guedes Bezerra, no Bairro Vermelho, pedindo ao Prefeito Flávio Marques e ao Diretor de Limpeza, Damião, a realização de serviços de limpeza na localidade, afirmando que a rua se encontra com muito mato e sujeira, causando transtornos aos moradores. Solicitou envio de requerimento solicitando ao Prefeito Municipal e ao Secretário de Obras, Jose Robério, a pavimentação da Rua conhecido como Joaquim Nabuco, localizada nas proximidades do parque aquático, no Bairro Brejinho. Relatou que o local possui intenso tráfego de veículos e que a grande quantidade de buracos vem



dificultando a passagem de carros e pedestres. Também solicitou requerimento ao Prefeito e ao Secretário de Agricultura para a realização do roço das estradas que ligam Tabira ao Brejinho, destacando que as vias estão bastante fechadas pelo mato, dificultando a circulação de pessoas, especialmente daqueles que utilizam o trecho para caminhadas. Afirmou acreditar que, com a diminuição das chuvas, já é possível iniciar os serviços de limpeza e manutenção das estradas. Em seguida, passou a tratar sobre o veto ao Projeto Sala Lilás, de autoria da Vereadora Dionatan Maciel e demais parlamentares envolvidos. Declarou que o veto foi uma situação inesperada, mas que respeitava o posicionamento de todos os colegas. Contudo, afirmou que manteria seu voto favorável ao projeto, lembrando que a matéria foi aprovada de forma unânime pela Câmara Municipal em duas votações e que, durante sua tramitação, nem as comissões nem o setor jurídico da Casa apontaram impedimentos relacionados à geração de despesas para o município. A Vereadora destacou que, em sua opinião, já existe espaço adequado para acolhimento das mulheres no hospital e que a proposta buscava apenas a implantação de uma Sala Lilás destinada ao atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência. Ressaltou que não acreditava em grandes custos para a implantação do projeto e pediu ao Prefeito que refletisse com atenção sobre a importância da iniciativa para mulheres violentadas e feridas que necessitam de acolhimento e assistência médica especializada. Reafirmou, portanto, que manteria seu voto favorável à derrubada do veto. Encaminhando-se para o encerramento, agradeceu a Deus, pediu forças e afirmou que cada vereador votaria conforme sua consciência, ressaltando que seu coração a conduzia a manter o voto favorável ao projeto. Finalizou desejando um boa noite e uma ótima semana a todos, deixando ainda uma reflexão: “Nem tudo precisa ser grande para ter a presença de Deus. Obedecer ao pequeno também é um ato de amor e fé. A presidente convida a fazer o uso da tribuna o Primeiro-Secretário **José Adelmo Nogueira de Brito** (Adelmo das Antenas) cumprimentando todos os presentes. Iniciando sua fala, solicitando alguns requerimentos direcionados ao Diretor de Limpeza, Damião, solicitando a realização de serviços de limpeza na frente e ao lado da UBS dos Pocinhos, afirmando que o mato no local está muito alto, favorecendo o aparecimento de animais e causando preocupação à população que utiliza a unidade de saúde. Também solicitou ao responsável pelo setor de iluminação pública, Diomedes, a substituição urgente da lâmpada do poste localizado em frente à UBS dos Pocinhos. Na sequência, voltou a cobrar da Secretaria de Administração providências quanto ao sinal de trânsito da Praça Pedro Pires, relatando que o equipamento havia sido consertado recentemente, mas voltou a apresentar problemas. Dando continuidade, comentou sobre reunião realizada na Secretaria de Educação, da qual participaram alguns Vereadores, juntamente com a Secretária Aracelis, além de Cida, Márcia, Vinícius e Caíque. Segundo relatou, a reunião foi bastante proveitosa e serviu para esclarecimento de dúvidas relacionadas à área educacional. Em relação à distribuição dos tênis escolares, informou que conversou com o Prefeito Municipal, o qual afirmou que a gestão estuda a possibilidade de realizar um PIX diretamente às famílias, em substituição à entrega dos calçados, embora ainda esteja sendo definida a forma de execução da medida. O Vereador também comentou sobre a reforma da Secretaria de Saúde, informando que a previsão de conclusão da obra é para o mês de julho. Explicou que, por se tratar de um prédio muito antigo, durante a reforma foram surgindo diversos problemas estruturais, o que acabou atrasando os serviços. Aos projetos relacionados às mulheres vítimas de violência.



Recordou uma fala da Vereadora Maria Nelly de assumir suas posições. Declarou que, diante das manifestações já realizadas na sessão, entende que o veto deverá ser derrubado, mas afirmou que não se omitiria nem esconderia da população a forma como votaria. Ressaltou que os vereadores que votarem pela manutenção do veto não estarão votando contra as mulheres, uma vez que o município de Tabira já dispõe de estrutura de acolhimento às vítimas de violência, citando a Casa da Mulher como exemplo, local onde atua inclusive a filha do vereador Eraldo Moura, prestando assistência jurídica, além da existência de psicólogas e demais profissionais preparados para o atendimento. O parlamentar afirmou ainda que nenhuma mulher pode ser exposta em unidades de saúde, destacando que isso constitui infração ética e crime. Lembrou que votou favoravelmente ao projeto em primeiro e segundo turnos, afirmando que o fez de forma consciente, porém, após reuniões posteriores e análise mais detalhada, entendeu que os projetos gerariam despesas ao município. Relatou sua experiência anterior no Conselho Tutelar, destacando casos em que precisou acompanhar mulheres vítimas de violência até delegacias especializadas, inclusive em situações nas quais os agressores tentavam invadir os locais para continuar ameaçando as vítimas. Afirmou acreditar que apenas criar uma sala de acolhimento não resolveria totalmente o problema, defendendo que seria necessária uma estrutura completa, com acompanhamento psicológico, segurança e demais serviços de proteção. O Vereador também criticou a legislação brasileira, afirmando que considera as punições para crimes de violência contra a mulher muito brandas, já que muitos agressores acabam sendo soltos rapidamente. Reafirmou, contudo, que votará pela manutenção do veto e que não se esconderia da população em razão do voto secreto, afirmando que não deseja “fingir ser bonzinho” apenas por conveniência política. Ressaltou novamente que não está contra as mulheres, destacando ser filho, esposo, pai e avô de mulheres, e afirmou acreditar que o município já oferece importante estrutura de acolhimento por meio da Casa da Mulher, considerada por ele uma das melhores estruturas do Vale do Pajeú. Segundo relatou, o equipamento conta com profissionais capacitados, atendimento sigiloso, veículo disponível para atendimento das vítimas e ambiente adequado para acolhimento. Durante sua fala, concedeu aparte ao Vereador Gabriel Kleber Pereira de Melo, que ressaltou a importância de políticas públicas voltadas à independência financeira das mulheres. O parlamentar lembrou iniciativa de seu mandato anterior, quando trouxe cursos profissionalizantes da cidade de Belo Horizonte para formação de mulheres na área de cabeleireira, afirmando que muitas delas conseguiram independência financeira após acesso a linhas de crédito disponibilizadas pela Cresol, por meio de Antônio Bernardino, conhecido como Sassá. Segundo ele, mulheres que antes sofriam violência doméstica passaram a ter autonomia financeira e vida digna, defendendo que os governos municipal e estadual invistam cada vez mais em capacitação profissional feminina como forma de combate à violência doméstica. Retomando sua fala, o Vereador José Adelmo afirmou novamente que não existe nenhum vereador contrário às mulheres naquela Casa Legislativa. Em aparte o vereador José Carlos comentou declaração do Vereador Marcos de Judite sobre a Governadora Raquel Lyra, afirmando que, apesar das críticas, governos anteriores passaram muitos anos sem realizar obras em Tabira, enquanto a atual governadora, em apenas dois anos, já estaria promovendo importantes ações no município. Por fim, dirigiu-se à Vereadora Maria de Fátima Fernandes Martins Santana, afirmando não ter compreendido claramente sua posição em relação ao veto, questionando se ela seria favorável ao veto ou favorável ao projeto



esclarecendo que é a favor do projeto. Retomando a fala o vereador Adelmo encerra seu pronunciamento, desejou a todos os tabirenses e a toda população brasileira uma semana de paz, amor e tranquilidade. A Vereadora **Maria do Socorro Veras dos Santos** solicitou permissão para fazer uso da tribuna, iniciando sua fala cumprimentando os colegas vereadores e vereadoras e os ouvintes. Em seguida, informou que iniciava seu pronunciamento com profunda tristeza em razão do estado de saúde de Cid Severino, bastante conhecido no município de Tabira, relatando que ele sofreu um AVC na semana anterior, tendo sido inicialmente internado em Serra Talhada e posteriormente transferido para o Hospital da Restauração, em Recife. A Presidente destacou o carinho e consideração que possui por Cid e por sua família. Em seguida, declarou apoio à moção de aplausos sugerida pela vereadora Maria Nelly em homenagem à Senhora Dulce Lima, classificando a iniciativa como justa e merecida. Dando continuidade, apresentou diversas reivindicações voltadas ao povoado do Brejinho. Solicitou a implantação de quebra-molas na Rua Manuel da Graça Lustosa, conhecida como Rua da Quadra, visando maior segurança para pedestres e motoristas. Também solicitou a instalação de coletores de lixo na Praça Cícero José de Brito e ao longo da Rua Bela Vista, objetivando melhorias na limpeza urbana. Na mesma localidade, requereu a conclusão da pavimentação das Ruas Joaquim Nabuco e Bela Vista, bem como a ampliação da rede de esgoto para atender famílias da comunidade. Ainda referente ao Brejinho, pediu a reforma do cemitério local, incluindo melhorias na organização e iluminação. Apresentou ainda solicitação para transformação da praça em frente à Escola Cícero Correia em uma Academia da Saúde, buscando incentivar a prática de atividades físicas e a promoção do bem-estar da população. Por fim, requereu melhorias na estrada que liga o Sítio Oitis à comunidade do Espírito Santo, além da construção de uma passagem molhada no Sítio Serrota e a implantação de um quebra-molas no Bairro Vitorino. Na sequência, passou a tratar sobre o funcionamento das comissões parlamentares da Câmara Municipal, fazendo referência ao trabalho da assessoria jurídica da Casa. Ressaltou que os pareceres das comissões devem ser elaborados pelos próprios vereadores que as compõem, cabendo à assessoria jurídica apenas prestar suporte técnico. Destacou a atuação da Dra. Laudiceia, afirmando tratar-se de uma profissional séria, competente e comprometida, que jamais se omitiu de suas responsabilidades enquanto assessora jurídica das comissões legislativas. A Presidente observou ainda que muitos projetos têm tramitado na Casa sem a devida atenção dos parlamentares, afirmando que os vereadores possuem prazo suficiente para leitura e análise das matérias, mas que, muitas vezes, os projetos acabam sendo aprovados sem análise mais aprofundada. Reconheceu que o Projeto Sala Lilás passou despercebido por ela em razão das atribuições administrativas da Presidência da Câmara, acrescentando que acredita que o mesmo ocorreu com outros vereadores assim como outros projetos importantes. Afirmou ainda que não existe perseguição política na apreciação de projetos, citando que diversos projetos de autoria parlamentar foram aprovados e sancionados pelo Prefeito Municipal. Em seguida, destacou a importância do Centro de Referência da Mulher de Tabira, coordenado por Ilma Soares, ressaltando que apenas três cidades do Pajeú Tabira, Afogados da Ingazeira e Serra Talhada possuem estrutura semelhante, com assistência social, atendimento psicológico e assessoria jurídica voltados às mulheres vítimas de violência. Explicou que os atendimentos realizados no local não podem ser amplamente divulgados em razão da necessidade de preservar o sigilo e a proteção das mulheres acolhidas. Informou ainda que, juntamente com a



assessora jurídica Dra. Laudiceia, entrou em contato com Milena, representante da área da saúde, para verificar a existência de atendimento reservado no hospital municipal para mulheres vítimas de violência, tendo recebido a informação de que já existe acolhimento reservado em sala específica, mesmo que o espaço não seja oficialmente denominado “Sala Lilás”. A Presidente então passou a tratar especificamente dos vetos aos Projetos de Lei nº 006/2026 e nº 009/2026, afirmando inicialmente que sua posição não representa, em hipótese alguma, postura contrária às mulheres. Declarou que, como mulher, vereadora e defensora da pauta feminina, jamais se posicionaria contra direitos das mulheres, ressaltando que seu objetivo é garantir que os direitos sejam assegurados de forma legal, segura e eficaz. Explicou que os vetos do Poder Executivo não foram fundamentados diretamente em legislações federais que ela vai citar, mas destacou que existem leis nacionais que já tratam do atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência. Referente ao Projeto de Lei 006/2026 Citou como referência a Lei Federal nº 14.847/2024, que assegura atendimento humanizado, reservado e digno às mulheres vítimas de violência no âmbito do SUS, e em relação ao Projeto de Lei nº 009/2026 citou como referência a Lei nº 15.116/2025, voltada à reconstrução dentária de mulheres vítimas de violência doméstica por meio do Sistema Único de Saúde. Ressaltou que ambas as normas foram sancionadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e já estabelecem diretrizes importantes de proteção às mulheres em nível nacional. A vereadora afirmou que a criação de políticas públicas municipais precisa respeitar os limites legais, as competências constitucionais e a estrutura do Poder Executivo, observando que projetos que não atendam a esses critérios podem gerar expectativas que não se concretizam na prática. Declarou que aprovar projetos sem condições reais de execução pode resultar em frustração para a população, especialmente para as mulheres que necessitam desses serviços. Assim, defendeu que a manutenção dos vetos representa um ato de responsabilidade administrativa e jurídica, visando garantir que futuras políticas públicas sejam efetivamente executadas e produzam resultados concretos. Finalizando seu pronunciamento, reafirmou seu compromisso com a defesa dos direitos das mulheres, destacando que continuará atuando com responsabilidade, respeito à legislação e compromisso com resultados reais para a população. Ao final, agradeceu a todos e desejou uma ótima semana. Não havendo mais oradores inscritos a Presidenta deu início à segunda ordem do dia, informando como seria realizada a votação dos pareceres da Comissão de Justiça e Redação aos vetos dos Projetos de **Lei nº 006/2026 e nº 009/2026 do Poder Legislativo**, esclarecendo que a votação ocorreria de forma individual. Solicitou à Secretária a distribuição das cédulas de votação aos vereadores e vereadoras, referente ao **PL Nº 006/2026** explicando que cada parlamentar deveria marcar com um “X” se mantinha ou rejeitava o veto, devendo, após a votação, inserir a cédula no envelope e devolvê-la à Secretaria. Em seguida, procedeu à leitura do parecer na íntegra, destacando que houve divergência entre o voto do relator e do presidente da comissão. O parecer tratou do veto integral ao **Projeto de Lei nº 006/2026**, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre a criação da Sala Lilás no Hospital Municipal, destinada ao atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência. No relatório, a Comissão de Justiça e Redação informou que recebeu o veto do Chefe do Poder Executivo, o qual alegou vício de iniciativa e possível criação de despesas sem previsão orçamentária financeira. Após análise, o relator Eraldo Moura entendeu que o projeto não cria órgão, cargos ou funções, nem altera a estrutura administrativa, tratando-se de diretriz de política pública voltada à proteção da mulher,



em conformidade com a Constituição Federal e a Lei Maria da Penha, opinando, portanto, pela rejeição do veto. Na fundamentação, reforçou-se que a proposição não representa ingerência indevida, mas sim norma programática de interesse público. No voto do relator, manifestou-se pela rejeição do veto integral. Em voto divergente, o presidente da comissão Gabriel Kleber reconheceu a relevância da matéria, porém entendeu que o projeto interfere na organização administrativa e no funcionamento da administração pública, sendo matéria de competência privativa do Poder Executivo, além de já existir legislação federal que assegura atendimento adequado às mulheres vítimas de violência, votando, assim, pela manutenção do veto. No parecer final da comissão, registrou-se o voto divergente do presidente, tendo a comissão por maioria dos seus membros, votado pela rejeição total do veto ao **projeto de Lei 006/2026** – Legislativo acompanhado o voto do relator. Na sequência, colocou em votação o parecer da Comissão de Justiça e Redação referente ao veto integral do Prefeito ao Projeto de Lei nº 006/2026. A Vereadora Maria Nelly, levantou questão de ordem, solicitando que a Presidenta explicasse novamente a forma de votação, alegando que havia ficado confusa. A Presidenta esclareceu que cada vereador votaria individualmente. A Vereadora Maria Nelly solicitou, por gentileza, que fosse proclamado o resultado do parecer para constar em ata. A Presidenta, então, declarou o parecer aprovado por unanimidade. Na sequência, retomou a explicação da votação do veto, informando que cada vereador havia recebido um envelope contendo a cédula, na qual deveria marcar se mantinha ou rejeitava o **veto ao Projeto de Lei nº 006/2026**, devendo, após a votação, entregar à Secretaria para encaminhamento ao Primeiro Secretário, responsável pela contagem dos votos. Procedida à votação, foi realizada a apuração, obtendo-se o seguinte resultado: seis votos pela rejeição do veto e cinco votos pela manutenção do veto, sendo, ao final, a presidenta declaram o veto rejeitado. Colocado em votação o Parecer Técnico da Comissão de Justiça e Redação ao **Veto Integral ao Projeto de Lei nº 009/2026**, do Poder Legislativo, foi informado que a redação do parecer segue o mesmo padrão do parecer anterior, havendo divergência entre o voto do relator e do presidente, sendo que o relator Eraldo Moura vota pela derrubada do veto e o presidente Gabriel Kleber vota pela sua manutenção; a Senhora Presidenta informou que faria apenas a leitura do relatório da comissão; Parecer da Comissão: reunida nesta data, a Comissão Permanente de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Tabira procedeu à análise do Veto Integral oposto pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ao Projeto de Lei nº 009/2026, de autoria do Poder Legislativo Municipal; após análise da matéria, o relator apresentou voto pela rejeição integral do veto, por entender que o referido projeto é constitucional, não cria órgão público, não altera a estrutura administrativa municipal, não interfere na administração dos órgãos públicos e apenas estabelece diretriz de relevante interesse público voltado à garantia de reconstrução odontológica às mulheres vítimas de violência doméstica; por sua vez, o presidente da comissão apresentou voto divergente pela manutenção integral do veto, por entender que assiste razão ao Chefe do Poder Executivo quanto à possível existência de vício de iniciativa, uma vez que a matéria pode ser compreendida como relacionada à organização e funcionamento dos serviços públicos municipais de saúde, cuja iniciativa seria privativa do Prefeito Municipal; ficou ainda registrado que a divergência apresentada pelo presidente não afasta o reconhecimento da importância da matéria, especialmente diante da necessidade de proteção integral às mulheres vítimas de violência doméstica, bem como da existência da Lei Federal nº 15.116/2025, que já



assegura, no âmbito do SUS, a reconstrução e reparação dentária de mulheres vítimas de agressões que tenham causado danos à saúde bucal em todo o território nacional; assim, submetida a matéria à apreciação dos membros da comissão, ficou consignado o voto do relator pela rejeição do veto e o voto divergente do presidente pela manutenção integral do veto, votando a comissão, por maioria de seus membros, pela rejeição integral do veto. Colocado em votação o parecer, foi aprovado por unanimidade em turno único; em seguida, a Senhora Presidenta solicitou à secretária a entrega dos envelopes contendo as cédulas de votação referentes ao veto do **Projeto de Lei nº 009/2026**; recolhidas as cédulas, o primeiro-secretário procedeu à contagem dos votos, totalizando 11 (onze) votos, sendo; apurado o resultado, foram 06 (seis) votos pela rejeição do veto e 05 (cinco) votos pela sua manutenção; diante do resultado, a Senhora Presidenta declarou o veto rejeitado por 06 (seis) votos a 05 (cinco). Na sequência a Vereadora Dionatan Maciel solicitou questão de ordem e iniciou sua fala agradecendo aos colegas que contribuíram para a derrubada do veto, citando Eraldo Moura, Maria de Fátima, Maria Nelly, Marcos e Maria Helena, destacando que quatro mulheres não votaram contra as mulheres, afirmando que esse é o seu posicionamento. Ressaltou que aqueles que votaram de forma contrária poderiam até ficar chateados, mas que, naquele momento, votaram contra as mulheres tabirenses, afirmando que, para ela, foi uma surpresa a posição dos Vereadores Eraldo Moura e Maria de Fátima Fernandes, parabenizando-os e afirmando que demonstraram o motivo de estarem ocupando suas cadeiras, acrescentando que o povo de Tabira fez uma boa escolha ao elegê-los. Agradeceu também aos colegas de bancada e parabenizou a Vereadora Maria Nelly, afirmando que sua posição permaneceu, reforçando que não são contra as mulheres de Tabira e que o projeto é importante, destacando que não se trata de encenação, mas de luta verdadeira, afirmando que é uma vereadora que luta pelas mulheres e não finge lutar, concluindo sua fala agradecendo e pedindo a bênção de Deus. Em seguida, o Vereador José Carlos Menezes solicitou questão de ordem, sendo-lhe concedida, e afirmou que votou a favor da manutenção do veto, destacando que não é contra as mulheres em nenhum momento. Durante sua fala, houve interferência da Vereadora Dionatan Maciel, momento em que a Presidenta pediu respeito, ressaltando que cada vereador deve ter sua fala respeitada, lembrando que, durante o pronunciamento da vereadora, todos permaneceram em silêncio, e que, ao término da fala, caso alguém se sinta prejudicado, poderá solicitar nova questão de ordem. A Presidenta ainda solicitou à equipe de som que, caso haja interrupções indevidas, o microfone seja cortado, a fim de manter a ordem da Casa. O Vereador José Carlos Menezes retomou sua fala, afirmando que não é contra as mulheres, reiterando que defende o atendimento às mulheres independentemente da estrutura, seja em casa rosa, vermelha, amarela ou preta, desde que haja cuidado efetivo, reafirmando que não é contra as mulheres e encerrando sua fala agradecendo. Em seguida, o Vereador Gabriel Kleber solicitou questão de ordem, sendo concedida, e afirmou que não aceita a colocação de que apenas alguns vereadores defendem as mulheres, ressaltando que possui três mandatos e que foi eleito pelo povo, afirmando que não é contra as mulheres, mas que foi favorável à manutenção do veto, destacando que sua posição foi clara e pública, feita na tribuna, e que respeita o resultado da votação, mas não aceita que se diga que é contra as mulheres. Ressaltou ainda que o projeto implique despesas para o município, motivo pelo qual votou pela manutenção do veto, encerrando sua fala agradecendo. Na sequência, o Vereador José Adelmo solicitou questão de ordem, sendo concedida, e



afirmou discordar da Vereadora Dionatan Maciel ao dizer que os demais vereadores não defendem as mulheres, ressaltando que todos defendem, mas houve divergência apenas quanto à forma de votação, destacando que divergência faz parte do processo legislativo e que não se deve colocar a população contra os vereadores, afirmando que o histórico da Casa não demonstra posicionamento contrário às mulheres, reiterando que nem ele, nem os vereadores que votaram pela manutenção do veto, tampouco o Prefeito, são contra as mulheres, destacando que existem outros mecanismos de atendimento, como a Procuradoria da Mulher, encerrando sua fala agradecendo. Em seguida, o Vereador Eraldo Moura solicitou questão de ordem, sendo concedida, e esclareceu à população que votou contra o veto, explicando que o município já possui serviços como a Coordenadoria da Mulher e a Casa da Mulher, parabenizando os profissionais que atuam nesses espaços, mas ressaltando que os projetos nº 006/2026 e 009/2026 não apresentaram impedimento jurídico na Casa, não tendo sido apontado como inconstitucional no momento de sua tramitação, motivo pelo qual acompanhou sua aprovação, destacando que a criação de mais um espaço de atendimento seria benéfica, afirmando que, quanto mais estrutura para atender as mulheres, melhor, encerrando sua fala agradecendo. Na sequência, a Presidenta colocou em votação o parecer técnico da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 010/2026 do Executivo, cuja ementa dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional do tipo especial. Durante o andamento, a Vereadora Maria Nelly solicitou aparte, afirmando que não estava encontrando a referida matéria na pauta, questionando se a votação estava devidamente pautada, alegando que, em sua pauta, constavam apenas outros itens. A Presidenta informou que, em sua pauta, a matéria constava. A Vereadora Maria Nelly ressaltou a importância de que as votações estejam devidamente pautadas, por se tratar de exigência regimental, solicitando que constasse em ata a ausência na pauta dos vereadores a votação do parecer das comissões referente o **projeto de Lei nº 010/2026** _ Executivo. A Presidenta reconheceu a falha na organização da pauta, explicando que houve grande volume de demandas e solicitações de última hora, mas reafirmando que o plenário é soberano. Questionou, então, se os vereadores preferiam adiar ou prosseguir com a votação, sendo decidido pelo plenário que a votação seria realizada. A Vereadora Maria Nelly reforçou que não iria obstruir os trabalhos, solicitando apenas o registro em ata, da falha. A Presidenta confirmou que seria registrado e destacou que falhas podem ocorrer, sendo reconhecidas, e que, havendo concordância do plenário, a votação seguiria, especialmente por não se tratar de matéria polêmica. Em seguida, foi colocado em votação o parecer técnico da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 010/2026 do Executivo, sendo aprovado por unanimidade em turno único. Na sequência, foi colocado em votação o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao mesmo projeto, sendo também aprovado por unanimidade em turno único. Posteriormente, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 010/2026, sendo aprovado por unanimidade em primeiro turno. Em seguida, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 021/2026, sendo aprovado por unanimidade em segundo turno. A Senhora Presidenta declarou ainda apreciada e aprovada, às indicações de nº 204 a 226/2026, as Moções de Aplausos 041a 047/2026 e as moções de Pesar Nº 057. Nada mais havendo a declarar, a Sra. Presidenta Maria do Socorro Veras agradeceu a presença de todos, determinou que todo o ocorrido na sessão fosse lavrado em forma de ata, que será assinada por quem de direito. Ata redigida por Girleide Pereira Veras - secretária. A



presidenta Marcou a próxima sessão para o dia 11 de maio do corrente ano e declarou encerrada a sessão. Sala das Sessões, em 04 de maio de 2026.

Presidenta: Maria do Socorro Veras dos Santos _____

1º Secretário: José Adelmo Nogueira de Brito _____

2ªSecretária: Maria de Fátima Fernandes Martins Santana _____

Antônio Eraldo Costa Moura _____

Dionatan Maciel da Silva _____

Edilson de Oliveira Silva _____

Gabriel Kleber Pereira de Melo _____

José Carlos Menezes _____

Marcos Ferreira da Silva _____

Maria Helena Nogueira de Brito _____

Maria Nelly de Lima Sampaio Brito _____

